

1
2

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DO PARQUE NACIONAL DO

JAMANXIM - 29/03/2023

3 Às nove horas e dezoito minutos da manhã do dia vinte e nove de março de 2023, no
4 auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Itaituba, localizado na Av. Mal.
5 Cândido Rondon, s/n – Boa Esperança, Itaituba – PA, 68180-110, a servidora Carolina
6 Fidellis se apresentou como chefe do Serviço de Gestão Socioambiental e Uso Público e
7 deu boas-vindas aos participantes. Ela apresentou a programação do dia, o objetivo da
8 reunião, os acordos de convivência e frisou a necessidade de manter o foco. Carolina
9 também apresentou as duas pautas da reunião: Renovação do conselho e Termo de
10 Compromisso. Em seguida, ela fez o resgate da última reunião de conselho que aconteceu
11 em 2022 e reiterou as dúvidas que os pescadores tiveram durante a reunião na
12 Comunidade do Aruri. Carolina mencionou brevemente as entidades indicadas para
13 compor o conselho consultivo do Parque Nacional do Jamanxim (PNJ), bem como os
14 setores que essas entidades estão inseridas. Segundo Carolina, de 37 entidades convidadas
15 apenas 7 responderam ao convite. Ela também explicou o processo administrativo do
16 ICMBio até a posse dos conselheiros. Carolina exemplificou que temas como a
17 “Ferrogrão” podem e devem ser tratados no conselho, pois este espaço é principalmente
18 para debate. Além disso, foram expostos os encaminhamentos da última reunião de
19 conselho (2022), ratificou a conclusão das demandas e o que ainda precisa ser concluído.
20 Nesse sentido, durante a reunião, foi solicitado que o serviço de proteção do ICMBio
21 tome as providências cabíveis com relação as invasões de áreas da Unidade de
22 Conservação (UC) em que está ocorrendo o turismo desordenado. Ela mencionou também
23 que, à época da última reunião, a comunidade solicitou um curso de capacitação para guia
24 e condutores no interior do PNJ. Posteriormente, foi explicado que as UCs em Itaituba
25 são para a sociedade, pois, segundo ela, parece que as pessoas do município percebem as
26 unidades são do ICMBio e não para o bem coletivo. O Sr. Gelson, Prefeito de Novo
27 Progresso, mencionou que o Ministério Público Federal (MPF) decidiu que os produtores
28 rurais do setor agropecuário foram proibidos de vender gado oriundo de áreas de UCs aos
29 frigoríficos, e questionou “como ficou essa questão, o que pode ser feito?”. Nesse ínterim,
30 foi feito o seguinte encaminhamento: “Formar um Grupo de Trabalho (GT) para tratar
31 com o MPF sobre a proibição da comercialização de gado oriundo de áreas de UCs”.
32 Logo após, Carolina expôs a lista de entidades convidadas no Ofício Circular SEI nº
33 21/2022-SETEC II-UNA/UNA/GABIN/ICMBio e perguntou se existem outras que os
34 participantes desejam que integrem o conselho. Após, Raimundo Lucivaldo do Instituto
35 Federal do Pará (IFPA), mencionou que a entidade a qual ele representa está à disposição
36 do ICMBio para parcerias. Ele também relatou que há uma previsão da criação de um
37 curso de Mestrado interdisciplinar no IFPA – Itaituba e frisou que este conselho pode
38 contribuir exponencialmente para o êxito da iniciativa do futuro programa de pós-
39 graduação. Raimundo também enfatizou a possibilidade de o IFPA ofertar cursos para as
40 comunidades presentes na reunião. Carolina parabenizou Raimundo e disse que essa
41 parceria é essencial para o desenvolvimento sustentável da Região. Em continuidade,
42 Carolina mencionou as entidades convidadas e as suas indicações. Os participantes
43 pediram que a Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ) também fosse
44 convidada para compor o conselho. Foi acordado que a resposta do convite para compor
45 o conselho pode ser respondido até o dia 15 de abril de 2023. Em seguida, com intuito de
46 trazer uma resposta em relação ao encaminhamento do Sr. Gelson, que diz respeito à
47 decisão do MPF sobre a venda de gado oriundo de UCs, Mário mencionou o artigo Art.
48 54-A do Decreto Nº 6.514, de 22 de Julho de 2008, que diz sobre a proibição de “Adquirir,

49 intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou
50 vegetal produzido sobre área objeto de desmatamento irregular, localizada no interior de
51 unidade de conservação, após a sua criação” (Incluído pelo Decreto nº 11.080, de 2022).
52 Nesse sentido, foi encaminhado que é necessário realizar uma reunião extraordinária com
53 o atual conselho para formação do Grupo de Trabalho (GT) para tratar da proposição do
54 ICMBio intermediar a questão junto ao Ministério Público. Seu Gelson mencionou a
55 ATA da reunião de conselho do PNJ do dia 23 de outubro de 2019, quando esse
56 encaminhamento foi estabelecido. Foi feito um intervalo para lanche às dez horas e nove
57 minutos. Às dez horas e quarenta e cinco minutos Carolina retomou a reunião e expôs a
58 possibilidade de o encontro terminar antes do horário previsto. Ainda com a fala, ela fez
59 uma breve introdução sobre o Termo de Compromisso com os pescadores do PNJ. Com
60 o título “Diagnóstico Socioeconômico do PARNA do Jamanxim”, Jôine Cariele (analista
61 ambiental), deu prosseguimento a apresentação. Ela destacou a linha do tempo construída
62 até a data da presente reunião: em 19 de outubro de 2022 teve a reunião ordinária de
63 conselho, em 19 de dezembro de 2022 teve outra reunião para esclarecer dúvidas sobre a
64 legislação pesqueira, de 16 a 19 de janeiro de 2023 teve a aplicação do questionário
65 socioeconômico e mapeamento de locais de pesca, por fim, do dia 06 a 09 de fevereiro
66 de 2023 foi finalizada a etapa de aplicação do questionário. Jôine expôs fotos das
67 atividades realizadas em campo. Como resultado, ela mencionou que foram entrevistadas
68 64 famílias, dessas, 17 são apenas usuários do PNJ e 47 usuários moradores do PNJ. Jôine
69 ratificou que a fase de diagnóstico para Termo de Compromisso do PARNA do Jamanxim
70 foi finalizada. Carol entrevistou e mencionou que as normas do Termo de Compromisso não
71 dizem respeito somente à atividade pesqueira, mas também às atividades agrícolas,
72 infraestrutura entre outros. Logo após, Jôine fez um balanço socioeconômico dos perfis
73 dos entrevistados, em que caracterizou a quantidade de pessoas que pescam (50), que têm
74 carteira de pescador (18), cujos 11 são artesanais e 7 amadores. Carol evidenciou a
75 necessidade dos beneficiários terem uma “carteira do termo de compromisso”. Além de
76 esclarecer a importância de os compromissários obedecerem às regras que foram
77 acordadas com a comunidade, ela também elucidou o que pode acontecer com os
78 descumprimentos das regras do Termo de Compromisso. A comunidade Aruri, possível
79 beneficiária do termo, perguntou o que eles podem fazer e onde pescar enquanto o termo
80 não é concluído. Nesse sentido, fica registrado em ATA a necessidade de fazer uma
81 consulta jurídica à Procuradoria Federal Especializada (PFE) do ICMBio sobre a questão
82 “como fica a situação dos beneficiários do Termo de Compromisso, em relação à
83 fiscalização, enquanto o processo não é concluído, eles podem pescar, podem continuar
84 trabalhando?”. Posteriormente, Jôine e Carolina deram continuidade à apresentação e
85 relativizaram como as regras do termo, feitas de forma participativa, influenciam todo o
86 processo. Elas também trouxeram fotos para evidenciar as dificuldades da navegabilidade
87 nos rios do PNJ durante a atividade do diagnóstico socioeconômico. Carolina ratificou
88 que os pontos de pesca foram mapeados. Jôine disse que há previsão de um curso de
89 automonitoramento (3 a 7 de julho de 2023) e uma oficina de construção de normas do
90 termo de compromisso (26 a 27 de julho de 2023). Ela continuou e expôs quais são as
91 etapas do termo de compromisso até que este seja assinado e tenha a devida validade.
92 Fica registrado que a comunidade Aruri, participante do curso, confirmou e concordou
93 com a data de 3 a 7 de julho de 2023. Da mesma forma, eles também concordaram com
94 a data da oficina. Ainda, Raimundo, representante do IFPA, pediu que fosse dada uma
95 nota de apoio ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Educação,
96 Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável para o nível de Mestrado Profissional.
97 Contudo, Carolina mencionou que por não ter quórum suficiente para decidir se o
98 conselho pode dar apoio à demanda do IFPA, fica inviável sanar essa solicitação na



99 presente reunião. Registra-se também a fala da Erotildes da SEMMAM, que questiona
100 sobre o que houve de falhas do ICMBio e sociedade sobre o “esvaziamento” das reuniões
101 de conselho. Raimundo do IFPA menciona as boas práticas que o IFPA tem para obter
102 êxito com as reuniões de conselho na sua entidade. Ademais, ele ratifica a necessidade de
103 se ter atenção ao regimento interno do conselho no que diz respeito ao quórum mínimo,
104 pois se as pautas passíveis de aprovação dependerem desse quórum, poucas demandas
105 serão aprovadas, pois a participação dos conselheiros está em déficit. Nazaré, da
106 EMATER, corroborou com a fala do Raimundo e sugeriu que no conselho fosse
107 priorizada a participação de entidades que possam colaborar efetivamente com as ações
108 dentro do PARNA. Registra-se também que as datas, conforme sugestão dos
109 participantes, devem ser fixadas e amplamente divulgadas pelo ICMBio. Zé Carlos, da
110 empresa Cacau Norte, mencionou a necessidade de trabalhar com o ICMBio, enfatizou
111 os 65 projetos que devem ser apresentados à gestão da UNA – Itaituba no futuro. Ele
112 disse que o Cacau é uma produção sustentável que corrobora com as unidades de uso
113 sustentável. Ainda com a fala, ele apresentou a base da Cacau Norte já instalada na Região
114 do município do Trairão. Seu Edilson, representante da COOPAMCOL, perguntou sobre
115 a Ferrogrão ser instalada no PNJ. Carol fez as considerações cabíveis, mencionou a
116 posição contrária do ICMBio, disse que como órgão o gestor do PNJ não tem poder para
117 autorizar ou não o projeto da Ferrogrão, pois autorizar esse projeto é de responsabilidade
118 do poder legislativo. Adriana, chefe substituta da UNA – Itaituba, leu a Emenda nº 05
119 apresentada à Câmara dos Deputados pelo Deputado Francisco Chapadinha que visa
120 alterar os limites do PNJ, relatou as implicações disso na assembleia legislativa e
121 corroborou com o posicionamento da Carolina que enfatizou anteriormente que o
122 ICMBio é um órgão executor. Os participantes registraram as consequências dessa
123 alteração na região da UC. Adriana, chefe substituta da UNA – Itaituba, projetou o mapa
124 da proposta que visa alterar os limites da UC para o estabelecimento da Ferrogrão. Como
125 encaminhamento, registra-se a data do dia 08 de novembro de 2023 para a próxima
126 reunião de conselho. Por fim, a ata foi lida e aprovada pelos presentes às doze horas e
127 cinquenta minutos. Por ser verdade, eu, Mário Morais Oliveira Neto, secretário ad hoc,
128 lavrei a presente ata. Certifico e dou fé.

129 Mário Morais Oliveira Neto
130 Erotildes Santos Rodrigues
131 Francisco Carlos dos Santos
132 Cláudia Piamolini
133 Carla Regina Vimala Piamolini
134 Adriana Moura do Cruz
135 Mário Moraes B. Lima
136 GóRKIAN SOUZA DOS SANTOS
137 MARIA DAS DORES DOS SANTOS B.S
138 Francisca dos Santos
139 Francisca dos Santos
140 Judite M. Froim
141 Edilson
142 Francisca dos Santos
143 Francisca dos Santos
144 Franca dos Santos
145 Dilma Piamolini
146 Cláudia Piamolini
147 Jurandir Zanetti
Francisca dos Santos

- 148
- 149
- 150
- 151
- 152
- 153
- 154
- 155
- 156
- 157
- 158
- 159
- 160
- 161
- 162
- 163
- 164
- 165
- 166
- 167
- 168
- 169
- 170
- 171
- 172
- 173
- 174
- 175
- 176
- 177
- 178
- 179
- 180
- 181
- 182
- 183
- 184
- 185
- 186
- 187
- 188
- 189
- 190
- 191
- 192
- 193
- 194
- 195
- 196
- 197

Raimundo Lanete f. dos Santos
Marcelina Stoknow
Brellay
Eugenio Campos Malincheschi
Julio Gabriel G. de Vall
Adriana Sigueredo Lima
Marofreio Hides
Thays Maria de Azevedo Souza
Vanessa Rodrigues Ferrer